

Periodicidade: Diária**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 80000**Temática:** Banca/Seguros**Dimensão:** 318 cm²**Imagem:** N/Cor**Página (s):** 11

Comissão Europeia. Novos poderes de combate à lavagem de dinheiro

A Autoridade Bancária Europeia terá novos poderes depois dos escândalos dos últimos dias

A Comissão Europeia está a estudar uma forma de reforçar os poderes das agências da União Europeia por forma a combater o branqueamento de capitais e o financiamento de atividades terroristas.

De acordo com o "Financial Times", isto acontece depois dos escândalos que trouxeram ao de cima as deficiências da Europa para controlar os fluxos ilegais de dinheiro.

A União Europeia está a analisar propostas que confirmam à Autoridade Bancária Europeia (EBA) formas de maior poder coercitivo e de investigação das atividades dos bancos envolvidos em financiamentos ilícitos.

A Comissão Europeia demonstra também intenção de atri-

buir, a partir de 2025, ao Ministério Público Europeu (EPPO) poderes para abrir investigações sobre o financiamento de atividades terroristas em todos os Estados Membros.

Estas medidas estão a ser estudadas e finalizadas e serão referidas pelo presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, no discurso anual do "Estado da União" na próxima quarta-feira, dia 12, e anunciadas uma semana depois.



Jean-Claude Juncker

Estas normas surgem depois das revelações de que a dependência dinamarquesa do Danske Bank, na Estónia, estaria envolvida num caso de lavagem de dinheiro tendo recebido cerca de 30 mil milhões de dólares (em dinheiro russo) em apenas um ano.

Na sequência destas acusações, o maior banco privado dinamarquês foi acusado pelas autoridades de não ter medidas de combate ao branqueamento de capitais, relativamente às operações na Estónia, já implementadas e alvo de oito advertências por parte do regulador dinamarquês.

Outro caso recente aconteceu já no início deste mês quando o banco holandês ING foi condenado a pagar 775 milhões de euros de multa depois de ter sido acusado de corrupção e lavagem de dinheiro e não ter cumprido as regras de combate ao branqueamento de capitais que eram exigidas.